

26° EDIÇÃO
MINIONU

MINIONU 2025 - UNESCO

UNESCO (2024)

A REPATRIAÇÃO DE BENS
CULTURAIS NO MUNDO PÓS
COLÔNIAS

DIRETOR
PEDRO SABINO

DIRETORES ASSISTENTES
HEITOR ASSIS
LAURA CIRIACO

GUIA DE
ESTUDOS

11 A 14 DE OUTUBRO DE 2025

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA EQUIPE	2
1.1. Pedro Marcos Costa Sabino - Diretor	2
1.2. Laura Emanuelle Ciriaco da Silveira – Diretora Assistente	2
1.3. Heitor Assis Tavares – Diretor Assistente	3
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA	4
2.1. O que é cultura?	4
2.1.1 A importância da cultura para a sociedade	4
2.2. Dimensão histórica	5
2.2.1 <i>O processo de dominação na América</i>	6
2.2.2 <i>O processo de dominação do continente africano</i>	7
2.2.3 <i>Processo de dominação da Ásia</i>	9
2.3. A necessidade de proteção da cultura contra sua destruição e seu roubo	10
2.4 A responsabilidade e a proteção desses bens culturais na atualidade	12
3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ.....	13
4. PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS NO COMITÊ.....	14
4.1. Países com grande número de bens culturais.....	15
4.2. Países que desejam o retorno de seus bens culturais	15
4.3. Países com bens culturais de outros e que buscam pelo retorno dos próprios	16
4.4 Instituições não governamentais	16
4.5 Instituições governamentais	16
5. QUESTÕES RELEVANTES NA DISCUSSÃO	17
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18
7. QUADRO DE DELEGAÇÕES - UNESCO (2024).....	21

1. APRESENTAÇÃO DA EQUIPE

1.1. Diretor - Pedro Marcos Costa Sabino,

Caríssimos estudantes e futuros delegados do MINIONU 2025, meu nome é Pedro Sabino, atualmente curso o 8º período de Relações Internacionais, no Coração Eucarístico. Atualmente sou diretor do Comitê da UNESCO, sou o principal responsável por guiar esse comitê, porém, também já fui delegado em 2019 quando estava no primeiro ano do Ensino Médio. Em 2022 e 2023, quando havia entrado na PUC, eu pude ser diretor assistente do Comitê de Guadalajara e colaborador no ano seguinte.

Sempre tive um grande apreço por estudar história, sempre tive muito interesse em conhecer mais sobre povos antigos, muitos que via em desenhos, filmes e jogos. Com toda a experiência que adquiri durante os anos de MINIONU, busquei criar da melhor forma um comitê em que esses tópicos são abordados.

Espero que, com isso, vocês possam compreender a importância da cultura e da necessidade de proteção desses bens. Eu acredito que cultura não deve ser limitada ou impedida de forma a ser consumida unicamente por pessoas que consigam pegá-la, mas também acredito na importância de um debate democrático que poderá ser construído nesse comitê

1.2. Diretora Assistente - Laura Emanuelle Ciriaco da Silveira

Queridos delegados e delegadas do MINIONU 2025, me chamo Laura Silveira e atualmente estou no 6º período do curso de Relações Internacionais, no campus Coração Eucarístico. Neste ano, sou diretora-assistente do Comitê UNESCO: A Repatriação de Bens Culturais no Mundo Pós-Colonial. Mas em 2023, participei do MINIONU como voluntária no Comitê da OMS.

Acredito que a cultura é um pilar essencial das sociedades, moldando suas identidades e fortalecendo a relação dos povos consigo mesmos. Cada cultura, com sua singularidade e beleza, carrega uma parte fundamental da história de um povo. Por isso, considero que a repatriação de bens culturais é um passo necessário para a cultura e história de um povo. Essa convicção foi o que me motivou a me inscrever neste comitê. Está sendo uma honra dividir a construção deste comitê com o diretor Pedro e o diretor-assistente Heitor.

Delegadas e delegados, desejo que esta experiência permita a vocês compreender a relevância da cultura na construção das identidades coletivas, e também a importância da cooperação como ferramenta para alcançar soluções justas no cenário internacional. Que vocês

construam laços e levem dessa vivência reflexões que ultrapassem as fronteiras do comitê, alcançando também suas vidas pessoais.

1.3. Diretor Assistente - Heitor Assis Tavares

Caros delegados e delegadas do MINIONU 2025, me chamo Heitor Assis e atualmente estou cursando o 2º período de Relações Internacionais, no campus do Coração Eucarístico. Neste ano, me tornei diretor- assistente do Comitê da UNESCO 2024: Repatriação de Bens Culturais no Mundo Pós-Colonial, contudo já participei em outras duas edições anteriores como delegado. As simulações das quais participei, auxiliaram a trilhar meu caminho durante todo meu ensino médio até culminar na decisão de me matricular nesse curso.

Durante minha infância e adolescência, sempre me interessei sobre a cultura do local em que eu visitava, buscando sempre saber sobre a história do local e origem de certos artefatos que via nesses locais. Ao participar desse comitê, redescobri essa vontade de busca por conhecimentos culturais e principalmente fui capaz de entender a importância da cultura e de respeitá-la e preservá-la. A repatriação de bens é um modo de garantir que muitos povos tenham suas histórias preservadas nos locais onde ocorreram, e dessa forma, mantê-los presentes. Poder participar de um Comitê tão importante, juntamente ao diretor Pedro e à diretora-assistente Laura, tem sido motivo de enorme felicidade para mim.

Desejo a vocês delegados e delegadas, que aproveitem o comitê para compreender a importância da cultura para o conceito de identidade e pertencimento, que se permitam viver a experiência única que a MINIONU nos proporciona. Uma excelente simulação à todos!

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

2.1 O que é cultura?

Como colocado pela Conferência Mondiacult¹ em 1982, reafirmado pela Declaração Universal Sobre a Identidade Cultural² em 2002 e retificado em 2022, na Cidade do México, “cultura” pode ser classificado como “o conjunto de traços distintivos, espirituais, materiais,

¹ Em 1982 e em 2022, na cidade do México, foi organizado o debate chamado de “Conferência Mondiacult”. Nele foram debatidos temas como “políticas culturais e desenvolvimento sustentável” com opiniões de chefes de Estado e ministros da cultura de todo o mundo. No final, ficou de acordo que, para isso, seria adotado uma declaração para integrar as prioridades comuns e estabelecer uma agenda futura que busca usufruir do efeito transformador da cultura para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2022).

² Uma declaração que tem como objetivo proclamar princípios que estão de acordo com o compromisso dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos universalmente reconhecidos (UNESCO, 2002).

intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social" (UNESCO, 2002). A cultura não engloba somente as expressões artísticas e literárias, mas também o modo de viver, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. É importante compreender que a cultura faz parte da história da sociedade de todos os povos, sendo aquilo que guarda o modo de vida, conhecimento e artes, que de alguma forma, consegue se propagar por gerações (UNESCO, 1970 ou 1972). Ela possui valores imprescindíveis para seus indivíduos com tradições ricas que constroem a identidade de seu povo. (UNESCO, 2002).

É necessário destacar - por mais que esse não se torne o foco do comitê - a importância que se dá à proteção das culturas não apenas como bens materiais, mas também como bens imateriais, conforme descrito na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003), que entende a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial como o respeito ao patrimônio das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos, além da conscientização nos âmbitos local, nacional e internacional sobre a importância desse patrimônio e seu reconhecimento recíproco. Dessa forma, a convenção tinha como objetivo ressaltar e lembrar a todos os países membros da UNESCO a abertura de ideias presente na concepção ampliada de cultura.

2.1.1 A importância da cultura para a sociedade

Todas as culturas e movimentos culturais fazem parte do patrimônio comum da humanidade como um todo e, por mais que cada uma seja única, elas detêm do poder de se relacionar entre si e, com isso, se transformarem com um intercâmbio de ideias (UNESCO,2002). Essa capacidade transformativa não é evolutiva e sim necessária através das noções de tempo e espaço, ou seja, as ideias que moldam uma cultura não moldam por uma questão de melhoria ou por estarem seguindo um “caminho traçado evolutivo”, e sim pela interação de diferentes povos em locais distintos ao longo dos anos. (UNESCO,2002). Como já foi descrito no documento do ICOMOS (Conselho Mundial de Documentos e Sítios), pela Declaração do México “a cultura é um diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições; no isolamento, esgota-se e morre” (ICOMOS, 1985, p. 2).

Atualmente, as sociedades estão cada vez mais diversificadas, com todas as tendências migratórias e as redes sociais. É nessa situação que surge a necessidade cada vez maior - e também mais difícil - de lutar por uma harmonia cultural, de um pluralismo de ideias que são inseparáveis de um contexto democrático. Como efeito dessas mudanças, conceitos de identidade e pertencimento de povos que foram colonizados entram nos debates em relação à

repatriação e principalmente ao significado dos bens culturais para cada povo (UNESCO, 2002).

2.2 Dimensão histórica

Com o fim do processo de colonização em meados do século XX, nem todas as peças patrimoniais dos povos colonizados foram destruídas e perdidas pela história, muitos foram levados para o país que o colonizou, como no caso da Inglaterra suas colônias ao redor da África (Lime, 2018). Itens roubados de povos colonizados são muitas vezes artefatos religiosos, símbolos históricos ou até mesmo pertences pessoais de antepassados que chegaram a ser levados e vendidos para galerias de todo o mundo (Lime, 2018). Existem, no entanto, diversos tesouros de origem africana que se encontram em museus norte-americanos e europeus. Por exemplo, a coleção de mais de novecentos bronzes retirados da África Ocidental em Benim, pelo exército inglês, no final do século XIX. Esses objetos estão sendo demandados para que voltem para seus países de origem, ou seja, como forma de repatriação dos bens.

2.2.1 O processo de dominação na América

Nessa mesma lógica, é possível analisar a colonização da América (Battestin; Bonatti; Rufino Quinto, 2020). O “novo mundo” — termo criado pelos europeus para designar o continente americano — só foi “descoberto” por eles no século XVI, quando iniciaram a dominação, o controle das terras e a destruição das sociedades indígenas. Esse processo foi marcado por um longo apagamento das histórias e narrativas dos povos originários, a ponto de, até hoje, a história ensinada nas escolas do Brasil e de outros países latino-americanos começar pela chegada de Cristóvão Colombo e pela justificativa ideológica da Espanha e de Portugal de trazer civilização e cristianismo aos povos indígenas da América (Battestin; Bonatti; Rufino Quinto, 2020).

Esse processo de dominação nas américas foi bem diferente do que ocorria na África. A dominação dos povos indígenas se entendia como importante forma para baratear o processo de extração de recursos naturais do lugar (Battestin; Bonatti; Rufino Quinto, 2020). As expedições nessa ocasião ocorriam por financiamento da coroa portuguesa e espanhola da época pela ideia de enriquecimento e de engrandecimento religiosos, diferente das ideias expansionistas imperialistas que ocorreriam na África alguns séculos mais tarde (Battestin; Bonatti; Rufino Quinto, 2020). Vários acordos que foram feitos entre os Europeus e os Povos Indígenas eram apenas parte de um plano de colonização, em 2019 a Revista Fórum Atividades (revista da universidade de Sergipe), abordou mais sobre o assunto em seu artigo

“A chegada dos colonizadores ou “invasores”, no território latino, americano, evidencia que não ocorreram trocas de saberes e culturas, muito menos de objetos, o que ocorreu, foram alianças que faziam parte do projeto colonialista e expansionista. [...] Foi nesta perspectiva de dominação e superioridade que o projeto foi sendo ampliado no Brasil. Por exemplo, os povos originários do Sul do Brasil, principalmente os que habitavam os pampas do Rio Grande do Sul, eram bons domadores de cavalos selvagens, costumavam domar para o escambo com os portugueses” (Battestin; Bonatti; Rufino Quinto, 2020, p.18).

Dessa forma, o movimento expansionista hispânico e português devastou as terras e destruiu muito da cultura dos povos originários da América. Não se sabe ao certo o número de mortes causado pela colonização, porém, até onde se sabe o genocídio que ocorreu no continente foi possivelmente o maior já registrado pela humanidade (Giana Laikovski, 2024).

2.2.2 O processo de dominação do continente africano

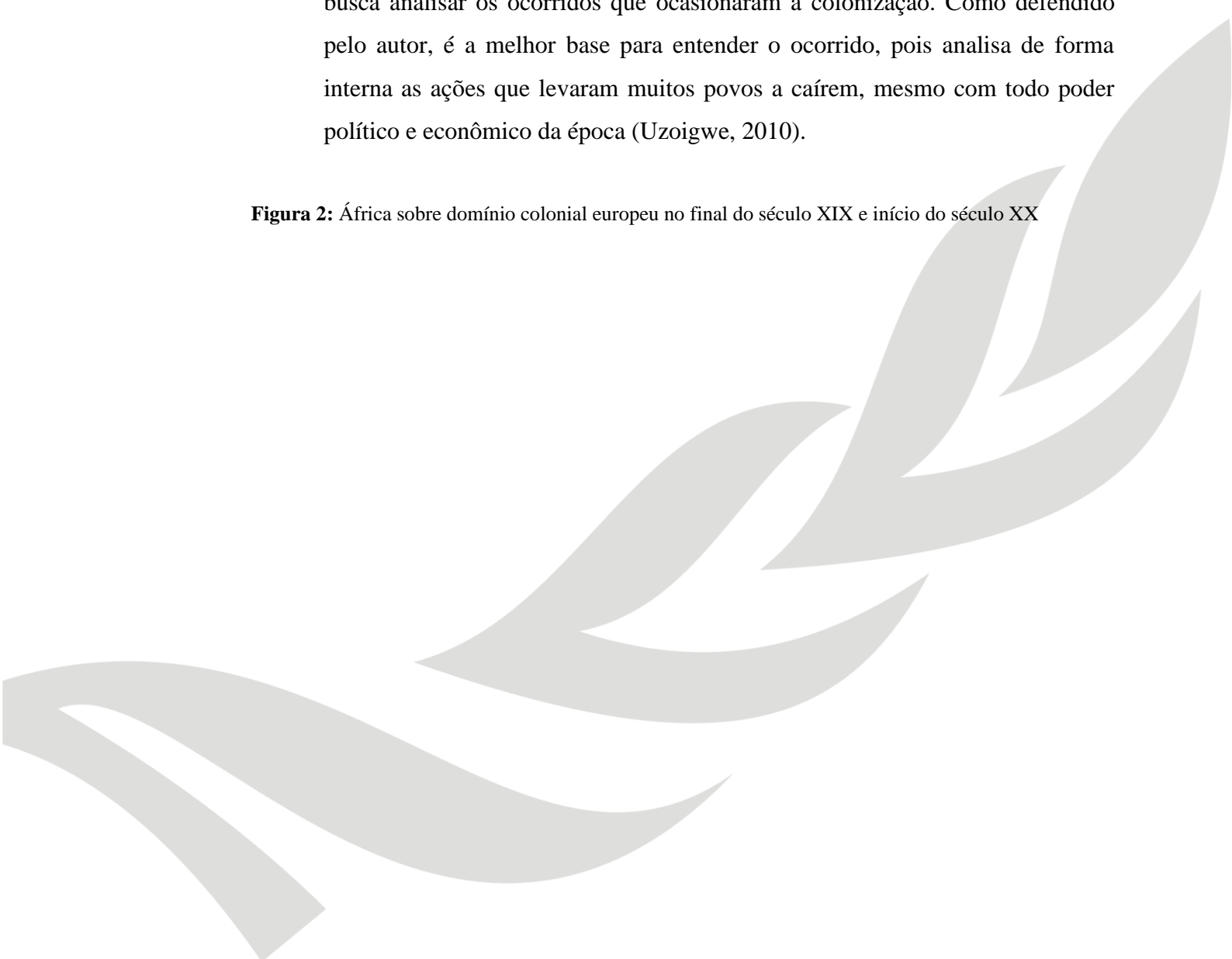
No século XIX, o continente africano foi dividido em diversas partes pelos europeus. A ideia principal era de buscar crescer por meio do controle de outros territórios de fora da Europa, em especial, com foco na África. Esse movimento de enriquecimento consolidou grandes potências imperialistas na Europa, como a Inglaterra, França (Uzoigwe, 2010). As motivações dos europeus eram várias, o professor e pesquisador da universidade estadual de Mississippi, Godfrey N. Uzoigwe, as resume em seu livro “*International Scientific Committee for the drafting of a General History of Africa*” nas seguintes teorias: teoria econômica, teorias psicológicas, teorias diplomáticas e teoria da dimensão africana. Em modos mais simplistas é importante abordar tais aspectos para compreender o que levou a busca e as ações europeias como também compreender suas diferenciações dos outros processos de dominação que ocorreram ao redor do mundo.

- A teoria econômica diz respeito ao processo de industrialização e de exportação de capitais em que a Europa se encontrava. Em um contexto imperialista e monopolista controlado por bancos e grandes indústrias, a Europa buscava recursos como ouro e pedras preciosas do continente africano para se enriquecer (Uzoigwe, 2010).
- A teoria psicológica se envolve em um campo mais complexo e delicado por estar relacionado a um campo ideológico da época que buscava justificar

pensamentos racistas. No texto Uzoigwe explica sobre como o pensamento - errôneo - científico para justificar suas ações sobre o controle e a desumanização do continente africano (Uzoigwe, 2010).

- As teorias diplomatas ou teorias políticas, por sua vez, tentam explicar pela forma dos interesses dos Estados, a partir de ideias em que eles, gerenciados por líderes que buscam agir de forma racional e também buscam crescer e defender seu domínio, irão justificar suas ações de dominação como justas e necessárias para o mesmo. É válido ressaltar que, para o autor, essas teorias são também muito próximas das teorias psicológicas por irem atrás da lógica que influenciava as ações dos líderes da época. (Uzoigwe, 2010).
- Por último, a teoria da dimensão africana, que tem um grau mais complexo, pois busca analisar os ocorridos que ocasionaram a colonização. Como defendido pelo autor, é a melhor base para entender o ocorrido, pois analisa de forma interna as ações que levaram muitos povos a caírem, mesmo com todo poder político e econômico da época (Uzoigwe, 2010).

Figura 2: África sobre domínio colonial europeu no final do século XIX e início do século XX



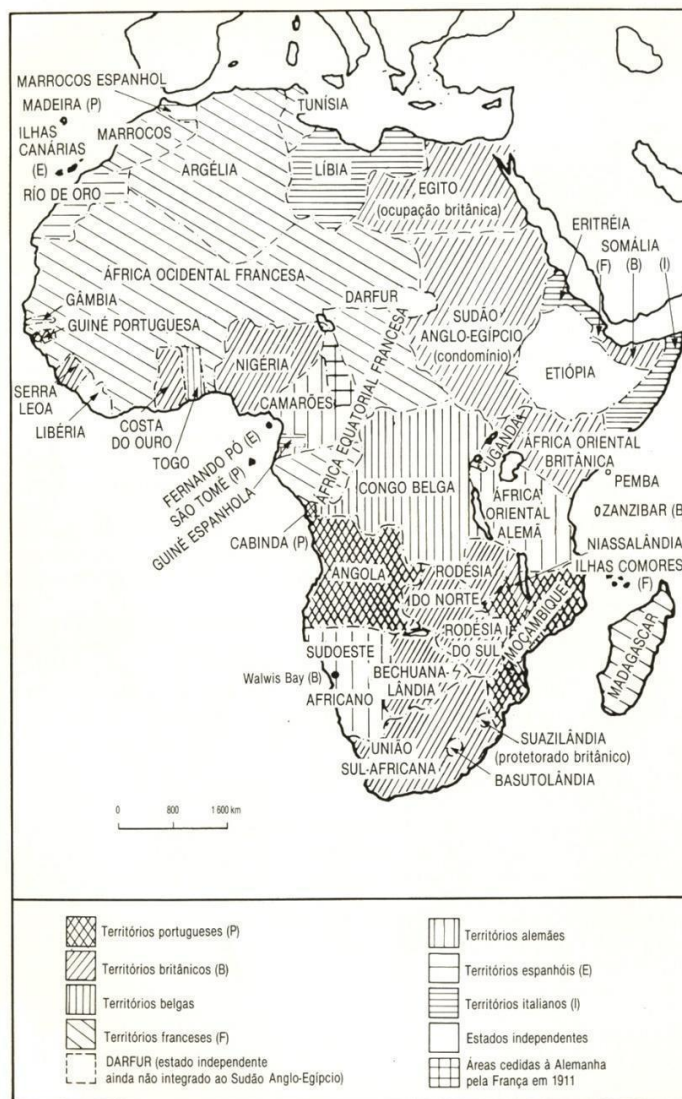


Fig. 2.3. A África de 1914. (Fonte: OLIVER & FAGE, 1962.)

Fonte: Oliver Fage, 1962

Essas motivações acarretaram em uma corrida em busca de conquistar o maior número de territórios no continente africano, como ficou demonstrado na imagem acima, que mostra como estava a divisão pelos europeus na África em 1914 após um longo período de dominação. Como resultado, essa dominação desenfreada marcou os principais países que, mais pra frente, iriam protagonizar a Primeira Grande Guerra, como a Inglaterra, Alemanha, Espanha, França e Portugal (Uzoigwe, 2010).

Além disso, todas essas quatro teorias são importantes para compreender não somente o processo e os eventos que ocorreram na África, como também entender que essas ações que levaram à movimentação e destruição de bens culturais tinham propósitos lógicos, difundidos em ideologias que não ocorriam somente por uma distinção de valores. Ou seja, esses fatores podem ajudar a compreender outros ocorridos de luta e dominação que ocorreram na história.

2.2.3 Processo de dominação da Ásia

A Ásia sempre foi de grande interesse e curiosidade para o continente europeu. A busca por recursos exóticos, raros e preciosos moveu comerciantes por milhares de quilômetros apenas para que pudessem tentar enriquecer a corte europeia com as especiarias orientais do outro lado do continente. Nesse contexto de riquezas, o interesse das “grandes nações” - países majoritariamente europeus que já demonstraram controle em outras regiões do mundo sendo ele em especial a Grã Bretanha - por esses territórios cresceu significativamente, ao ponto de conquistas e partilhas terem sido feitas ao longo de anos, como no caso da dominação inglesa pela Índia e China ou na região da Coreia pelo Japão. Isso acarretou na destruição e no controle cultural semelhantes aos já debatidos nos continentes americano e africano (Simpósio Nacional de..., 2011; Boschi, 2021).

A região do leste asiático passou por diversos conflitos e acordos que culminaram na sua submissão a diferentes impérios. Nesse contexto, torna-se importante para o debate compreender as duas principais ações controladoras: a primeira sendo a tomada da Ásia pelo Ocidente e a segunda, a colonização japonesa (Simpósio Nacional de..., 2011; Boschi, 2021).

No controle do grande continente, a Companhia das Índias³ Orientais, corporação mercantil britânica que estabeleceu entrepostos comerciais na Índia e em outras regiões da Ásia, teve um papel fundamental. A partir do século XIX, um processo de depreciação econômica, principalmente na região leste asiática, enfraqueceu não apenas a política, mas também a economia local, deixando regiões inteiras à mercê de países como o Império Britânico, que passaram a exercer domínio sobre esses territórios (Simpósio Nacional de..., 2011). Esse processo levou ao desmonte de diversos maquinários, ao empobrecimento da região e à depredação física e social das culturas orientais, que enfrentaram anos de lutas para tentar reconstruir seus países, como foi o caso da Índia e da China (Simpósio Nacional de..., 2011).

Ao perceber esse avanço europeu sobre o grande continente, o Japão adotou uma ação semelhante, fechando e defendendo seus portos contra a entrada de estrangeiros e implementando medidas e políticas militares expansionistas que, de forma análoga aos impérios europeus, colonizaram diversas ilhas da região, com destaque para o território da península da Coreia (Boschi, 2021). Essa ideologia, entretanto, era amplamente disfarçada sob ideais protecionistas asiáticos, nos quais, enquanto o Japão tomava e controlava povos do extremo

³ Uma empresa comercial britânica, criada com o objetivo de negociar com as Índias Orientais e posteriormente se tornando em uma máquina fiscal-militar para efetuar os interesses britânicos na Índia.

asiático, propagava sua imagem de “libertador da Ásia” para outros países. Esse processo ficou conhecido como Pan-Asianismo.

2.3 A necessidade de proteção da cultura contra sua destruição e seu roubo

Assim, a cultura e sua presença na sociedade humana são inerentes entre si, e é dessa importância que também surgem os riscos de ações como o memoricídio. Entende-se o memoricídio como a destruição do patrimônio, não se enquadrando somente como objetos físicos, mas também representações não físicas, que possam ter alguma ligação em relação ao passado de um povo (Báez, 2010, p. 288). Suas obras e bens culturais, como descrito pelo autor Fernando Báez em sua obra “A História da Destruição Cultural da América Latina: Da Conquista à Globalização”, são como memórias. Segundo o próprio, quando um povo perde sua cultura se torna semelhante a um homem com amnésia, isto é, “não sabe o que é nem o que faz e é presa eventual de quem o rodeia. Pode ser manipulado” (Báez 2010, p. 288). A partir disso, entende-se que as ações ligadas ao memoricídio que ocorreram e/ou ocorrem ao redor do mundo causam um empobrecimento social e cultural ao interferir na história dos povos.

O memoricídio como ferramenta de controle, afeta o que se entende sobre a identidade sobre seu próprio povo. Como já foi falado pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em seu texto “O Perigo da História Única”, o qual relata as problemáticas de se conhecer pouco sobre a história de si e a história dos outros povos, ela escreve: “Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida” (Adichie, 2009, pg. 5).

Dessa mesma forma, podem ser colocados como exemplos, objetos como o Osso de Ishango e o Osso de Lebombo, que são os primeiros registros históricos do uso de matemática. O primeiro, por exemplo, trata-se de um osso de babuíno datado de mais de 20 mil anos, com aproximadamente 10 cm e com pequenas marcações que acredita ter sido capaz de calcular seis meses de um calendário lunar (Manuel Almeida, 20-?). Esses pequenos objetos encontrados no Congo - que hoje se encontram em exposição em um museu na Bélgica - evidenciam como as raízes do conhecimento humano surgiram de regiões que hoje nem recebem tais reconhecimentos.

Figura 3: Ossos de Ishango e Lebombo com suas marcações que acredita-se ter sido capaz de contar ciclos lunares.

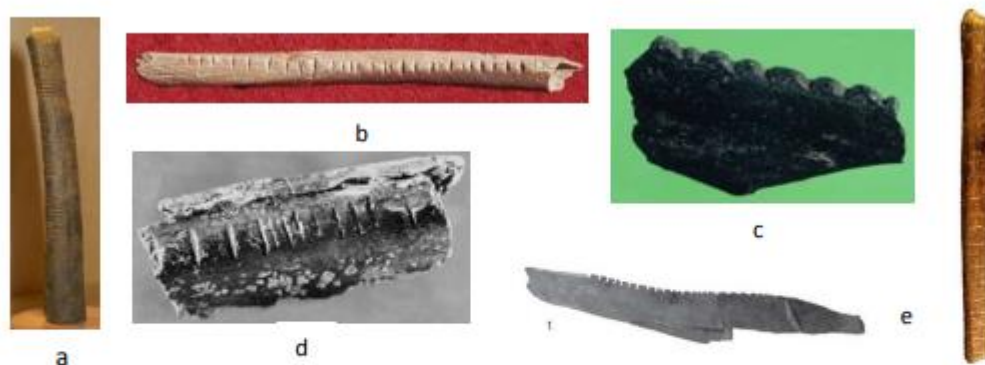


Fig.2: a) Osso de Ishango; b) Osso de Lebombo; c) Border Cave, estrato 1WA; d) Border Cave, estrato 2WA; e) Apolo 11 Cave ; f) Segundo Osso de Ishango. Fontes: a) Institut Royal des Sciences Naturelles de Belgique, Bruxelles; b,c,d : Beaumont, 2013; e) Vogelsang, 2010; f) http://ishango.naturalsciences.be/Flash/flash_local/Ishango-02-EN.html

Fonte: Manuel Almeida, s.d

Assim como já foi mostrado anteriormente do que é “cultura” e de sua importância para todos os povos, ela só foi definida e aceita internacionalmente após a Conferência de Mondiacult e, por decorrência a luta pela defesa desses bens só começaram muito recentemente, sendo assim, nos últimos 200 anos, inúmeros movimentos promovendo o memoricídio de outras culturas. Dentre vários, podemos citar, o processo de colonização, com a chegada dos povos europeus na América/África, que é ainda, um dos exemplos de colonização mais debatidos hoje em dia, devido aos efeitos de marginalização e perda cultural que povos originários sofreram e sofrem (Uzoigwe, 2010).

Da mesma forma, é importante compreender o genocídio, por ter sido um processo que também é muito utilizado em colonizações, e foi definido pela Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime e do Genocídio, em 1948 em Nova Iorque (Organização dos Estados Americanos, 1948) como “extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso” (Organização dos Estados Americanos, 1948). Em outras palavras, o controle e a destruição da cultura – memoricídio - e o genocídio, são processos utilizados em dominações de povos.

Esses processos criaram conflitos sociais e políticos, presentes mesmo nos dias de hoje, mesmo após essas práticas já terem sido consideradas crimes internacionalmente previstos com punições como determinado pela Convenção de Haia⁴. E são dessas problemáticas que surge a

⁴ Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado organizado pela UNESCO que ocorreu em 1954 em Haia que visava proteger os bens culturais de destruição ou danos em períodos de guerra ou conflito armado (UNESCO, 1954).

necessidade de que haja um debate atual acerca da importância do conhecimento e da afirmação da identidade.

2.4 A responsabilidade e a proteção desses bens culturais na atualidade

Até o atual ponto deste trabalho, já foi falado sobre cultura, destruição da mesma, as diversas formas e acontecimentos que levaram ao roubo de bens culturais e até mesmo os principais integrantes desse debate. Entretanto, o foco até então esteve mais relacionado à questão histórica do debate. Dessa forma, é necessário falar sobre a importante visão dos museus e instituições que guardam esses tesouros, que, como é descrito pelo próprio Museu Britânico, “o objetivo do Museu é manter um acervo representativo das culturas mundiais e garantir que o acervo seja alojado em segurança, conservado, curado, pesquisado e exibido” (Governance, [20-?]). Ou seja, a proposta desses museus vai além das ideias nacionalistas e protecionistas muitas vezes defendidas por países que foram colonizados, nem mesmo são ideias de destruição das obras, mas o contrário, de proteção e cuidado para que haja a possibilidade de estudos e um aprofundamento e conhecimento da própria humanidade.

Repatriar bens culturais é um debate que vem ganhando força desde o final da Segunda Grande Guerra, na qual a “repatriação” pode ser entendida como o ato de devolver algo ao seu dono ou local de origem, podendo se tratar de diversos países distintos, como países africanos fortemente colonizados ou de povos originários presentes na América Latina que nunca tiveram poder político (Costa, 2018). Dessa forma, esse movimento de pertencimento das obras resulta em uma discussão política internacional com diversos grupos se posicionando de maneira diferente.

Além disso, em muitas das ocasiões, existe uma dificuldade acerca de identificar o real local de pertencimento das peças, mesmo que se faça uma construção historiográfica dos acontecimentos, a conclusão pode chegar a pontos ainda mais ambíguos, devido às motivações que levaram às mudanças dos bens, como roubo ou simplesmente comércio legítimo entre diferentes povos que fizeram com que esses objetos eventualmente parassem nos museus (Costa, 2018). No início do século XX, por exemplo, esse debate foi realçado quando ocorreu o roubo da Mona Lisa do Museu do Louvre, pelo moldureiro italiano Vincenzo Peruggia. O ocorrido havia sido uma forma de protesto pelo fato de diversas peças presentes na França terem origem italiana e terem sido levadas durante as eras napoleônicas (Costa, 2018). Percebe que nessa situação, existem regiões como a própria Itália, que tiveram algum grau de colonização, mas ainda sim batalham pela reconquista de diversos objetos históricos.

Esses casos são mais difíceis de resolver em virtude do contexto colonial em que os objetos que hoje estão sendo reclamados deixaram o seu território de origem. As “leis” internacionais, não são retroativas e a falta de documentação comprobatória da saída e da entrada desses bens nos diferentes países dificulta a sua solução (Costa, 2018). É válido lembrar que, assim como já foi demonstrado, muitos desses objetos saíram de sua região há centenas de anos, e a sua presença no seu novo lugar tem importância histórica e econômica, além de que, seu processo de “retorno para as origens” poderia causar problemas para região além de correrem riscos relacionados a segurança dos objetos durante o transporte.

3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

O comitê integrará o debate acerca da repatriação de bens culturais na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), uma agência das Nações Unidas com caráter recomendatório, fundada em 4 de novembro de 1946, com sede em Paris, França. A UNESCO atua nas áreas de Educação, Cultura, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Naturais e Comunicação e Informação, tendo como principal objetivo a "promoção da paz por meio do diálogo intercultural e da cooperação intelectual entre as nações" (UNESCO IN BRIEF, 2023).

A organização conta com um total de 194 membros, dos quais 12 possuem status de associados, sendo todos igualmente relevantes e assegurados nos debates. Ademais, é garantido que todos os membros da ONU tenham o direito de integrar a UNESCO. Contudo, até mesmo países não pertencentes à ONU ou grupos com algum tipo de território podem participar da organização como membros associados (UNESCO IN BRIEF, 2023).

Diante desse contexto, o comitê se propõe a debater e formular recomendações alinhadas aos objetivos da UNESCO. A discussão considera a arena de debates e as questões históricas relacionadas a invasões, saques, tráfico e comercialização ilícita de patrimônios culturais, além da relevância histórica global e da preservação da cultura nacional já retratadas neste documento. Dessa forma, busca-se "promover o compartilhamento do conhecimento e o livre fluxo de ideias para acelerar a compreensão mútua e aprimorar o entendimento entre as nações" (UNESCO IN BRIEF, 2023). Ao longo dos debates, as delegações irão discutir os tópicos apresentados na agenda, devendo manter o foco nas questões pertinentes a este comitê. A condução das discussões será orientada por princípios de diplomacia e respeito mútuo, garantindo que cada delegação tenha a oportunidade de expressar suas preocupações e propor soluções viáveis para os desafios abordados. Ao final de cada dia de discussão, será apresentada

para votação uma Proposta de Resolução, que deverá ser aprovada pelo consenso das delegações votantes ou pela maioria simples. Esse processo decisório visa assegurar que as resoluções adotadas refletem um amplo consenso entre os participantes, aumentando suas chances de serem efetivamente implementadas no âmbito internacional.

Além disso, assim como grande parte da maioria dos comitês da ONU, o UNESCO (2024): A Repatriação de Bens Culturais no Mundo Pós Colônias, também será de caráter recomendatório. Isso significa que as resoluções apresentadas não terão força coercitiva, devendo apenas sugerir ou recomendar ações a serem tomadas por governos, instituições ou outras entidades relevantes. Tendo isso posto, será válido ressaltar que ao todo serão 47 delegações, sendo 34 países como membros oficiais e com poder de voto, 2 países sem poder de voto, 4 instituições como membros observadores sem poder de voto, além de 5 museus que mesmo sem poder votar, poderão agregar e muito ao nosso debate.

4. PRINCIPAIS POSICIONAMENTOS NO COMITÊ

Mediante ao entendimento da situação que esse comitê se encontra e das capacidades que os agentes detêm, cabe compreender as noções e ideias dos posicionamentos das delegações. Como já foi visto, o comitê pode ser dividido tanto por interesses estatais, organizações privadas ou por ONGs que atuam de forma autônoma sem fins lucrativos.

Os primeiros atores que podem ser citados são os Estados, os quais não possuem interesses homogêneos, ou seja, cada Estado possui suas diferenças ideológicas e históricas que os diferenciam em seus interesses. Tendo isso em mente, é possível dividir os interesses dos Estados em três categorias:

4.1 Países com grande número de bens culturais

Países que foram historicamente colonizadores possuem um extenso acervo museológico, composto por peças adquiridas ao longo de anos de colonização ou por meio de comércio com nações vizinhas (Governance, [20-?]). Muitas dessas obras foram compradas de comerciantes ao longo da história, tornando sua origem um tema complexo e controverso. Esses países frequentemente argumentam que tais objetos possuem uma importância histórica universal, transcendendo as fronteiras nacionais modernas e, por isso, deveriam permanecer em museus onde possam ser estudados e preservados em benefício da humanidade. Além disso, defendem que a dificuldade de obtenção dessas peças e sua relevância cultural justificam a manutenção desses artefatos em seus territórios (Governance, [20-?]).

Por conta desses fatores, muitas nações que detêm esses acervos não demonstram interesse em devolver os bens culturais às suas nações de origem. Esse posicionamento é especialmente evidente em países do oeste europeu, como Reino Unido, França e Alemanha, assim como em outras potências globais influentes, como os Estados Unidos. Essas nações sustentam que seus museus desempenham um papel essencial na preservação e na pesquisa desses artefatos, garantindo sua conservação adequada e seu acesso a um público internacional (Costa, 2018).

4.2 Países que desejam o retorno de seus bens culturais

Também existem grupos de países em desenvolvimento, como o Congo, Benin e Camarões, que foram, por muitos anos, vítimas de ocupações coloniais e perderam grande parte de seus bens. Atualmente, como demonstrado anteriormente, essas nações buscam repatriar seus tesouros, pois os consideram parte essencial de seu patrimônio nacional e de sua história. Muitas dessas peças foram, originalmente, pertences de líderes, religiosos e políticos, confiscados durante o período colonial como demonstração de poder e controle. Hoje, esses países lutam para trazê-las de volta aos seus locais de origem (Costa, 2018).

4.3 Países com bens culturais de outros e que buscam pelo retorno dos próprios

Em terceiro, existem países que possuem um acervo de peças menor, se comparado às grandes potências mundiais, enfrentam uma situação peculiar nesse debate. Muitos desses países, como é o caso do Brasil e da Argentina, possuem obras vindas de diversas regiões do mundo, algumas adquiridas por meio de comércio ilegal, enquanto outras são artefatos que, em algum momento da história, pertenceram ao seu território e posteriormente foram levados para outras nações (Costa, 2018). Esse fato gera um posicionamento menos definido acerca da repatriação de bens culturais, visto que esses países se encontram tanto na posição de requerentes de suas próprias obras quanto na de detentores de patrimônios culturais de outras sociedades. A questão torna-se ainda mais complexa quando se observa que muitas dessas peças foram adquiridas durante períodos históricos de colonização e domínio estrangeiro, o que reforça a dificuldade de estabelecer diretrizes claras para a devolução ou manutenção dessas obras em museus internacionais (Costa, 2018).

4.4 Instituições não governamentais

Ademais, há também instituições cujo principal compromisso reside na proteção e conservação dos bens culturais, independentemente das diretrizes governamentais. Essas entidades, muitas vezes, pautam suas ações em interesses próprios, que podem variar entre objetivos científicos, preservacionistas ou até mesmo relacionados à valorização do mercado de arte. Um exemplo relevante são o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), organizações não governamentais e sem fins lucrativos que possuem como missão central a conservação, a proteção e a valorização dos bens culturais. Além disso, ambas as instituições desempenham um papel fundamental no cenário global, atuando como órgãos consultivos no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o que reforça sua relevância na formulação de políticas culturais de alcance internacional (ICOM, 2024; Introducing ICOMOS, [20-?])

4.5 Instituições governamentais

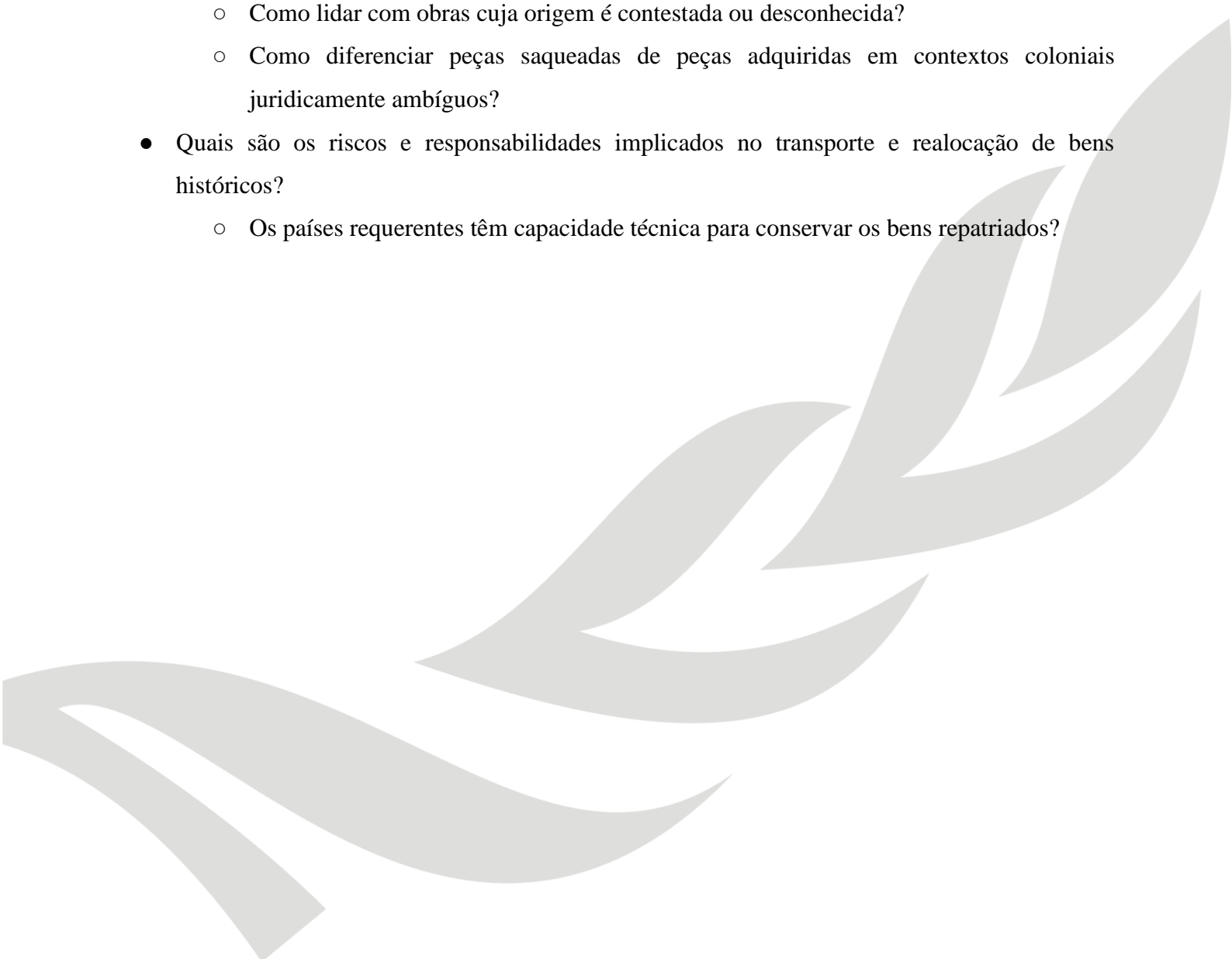
Além das instituições estatais, existem também grupos que atuam de forma independente dos governos nacionais, agregando novas perspectivas ao debate sobre a preservação e a posse de bens culturais. Entre esses grupos, destacam-se organizações não governamentais, museus privados, acadêmicos especializados na área historiográfica e até mesmo diplomatas que, em determinadas circunstâncias, assumem posicionamentos que transcendem os interesses nacionais. Dessa forma, a discussão sobre a propriedade e a preservação do patrimônio cultural se torna ainda mais ampla e multifacetada, uma vez que tais agentes não estão necessariamente vinculados às diretrizes estatais, podendo atuar em prol da salvaguarda do patrimônio cultural a partir de diferentes princípios, sejam eles científicos, éticos ou mesmo financeiros.

A existência desses organismos independentes evidencia que o debate sobre a repatriação e a conservação do patrimônio cultural transcende a esfera governamental e envolve uma rede complexa de atores com diferentes interesses e motivações. Isso torna a definição de diretrizes e a tomada de decisões ainda mais desafiadoras, pois, se por um lado há um crescente clamor por restituições de bens culturais aos seus países de origem, por outro, há uma preocupação legítima com a preservação adequada desses objetos, algo que muitas vezes pode ser mais bem garantido por instituições internacionais especializadas. Dessa maneira, torna-se de extrema importância considerar a atuação dessas entidades no debate sobre a posse e a

proteção do patrimônio cultural mundial, visto toda a importância para a formulação de políticas mais equilibradas e eficazes nesse âmbito.

5. QUESTÕES RELEVANTES PARA DISCUSSÃO

- Quais são as políticas internacionais que foram criadas para auxiliar a diplomacia entre os países para que conseguissem chegar em acordos sobre o direito das peças?
 - Em que medida os instrumentos da UNESCO são efetivos, considerando seu caráter recomendatório?
- A repatriação de peças é realmente um caminho viável para as sociedades?
 - Qual a lógica necessária para estabelecer o pertencimento das obras? Sua origem, função, contexto de aquisição ou identidade simbólica?
 - Como lidar com obras cuja origem é contestada ou desconhecida?
 - Como diferenciar peças saqueadas de peças adquiridas em contextos coloniais juridicamente ambíguos?
- Quais são os riscos e responsabilidades implicados no transporte e realocação de bens históricos?
 - Os países requerentes têm capacidade técnica para conservar os bens repatriados?



REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. O PERIGO DE UMA ÚNICA HISTÓRIA. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares/noticias/adelia-a-poesia-e-a-vida-convite-para-o-3o-encontro-do-dialogos/o-perigo-de-uma-historia-unica-chimamanda-ngozi-adichie-pdf.pdf>>. Acesso em 16/03/2025

ALMEIDA, M. As Mais Antigas Evidências Conhecidas do Emprego de Talhas Numéricas Associadas a Processos de Contagem. Disponível em: <https://www.academia.edu/27316362/As_Mais_Antigas_Evid>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CONVENÇÃO DA HAIA PARA A PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS EM CASO DE CONFLITO ARMADO UNESCO, Haia (Países Baixos), 14 de maio de 1954. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/7%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20da%20Haia%20conflito%20armado%20-%20UNESCO%201954.pdf>>. Acesso em: 12 de março

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BATTESTIN, Cláudia; BONATTI, Jailson; QUINTO, Jeanice Rufino. A Colonização e Resistência dos Povos Originários da América Latina. *Revista Fórum Identidades, Itabaiana – SE*, v. 30, n. 1, p. 1 – 15, 2020.

BOSCHI, Alysson Araldi. Conflitos no Leste Asiático e suas influências nos processos de reinterpretção e de revisão da constituição do Japão: as décadas de 1950 e 2010. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, Pelotas, v.8, n.16, p. 1 – 21, 2021.

COLEÇÃO GP - Guerra do Paraguai. **Museu Histórico Nacional – Acervo Arquivístico**, [18--? ou 19--?]. Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/index.php/guerra-do-paraguai>. Acesso em: 22 nov. 2024.

COSTA, Karine. Pensar o patrimônio cultural por meio da repatriação e restituição de bens culturais. **Patrimônios e Memória**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 256 – 271, jul./dez., 2º semestre

2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6745331.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

GOVERNANCE. The British Museum, [S.l], [20--?]. About us. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/about-us/governance> Acesso em: 02 fev 2025

GUIMARÃES, Andréa Bastos da Silva. A Companhia das Índias Orientais e a conquista britânica na Índia: terra, tributo, comércio e moeda (1765-1835). 2010. **Tese (Doutorado em História)** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 52-62.

Disponível em:

<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/teses/2010/Andrea%20Bastos%20da%20Silva%20Guimaraes.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025

ICOMOS - CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Declaração do México**. México, 1985. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf> Acesso em: 21 jan. 2025

INTRODUCING ICOMOS. **ICOMOS**, [S.l], [2025]. About ICOMOS. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/mission-and-vision>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ISMERIM, Flávio. Volta do Manto Tupinambá: veja onde estão outras relíquias brasileiras espalhadas pelo mundo. **CNN Brasil**, São Paulo, 23 ago. 2023. CNN Brasil Pop. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/volta-do-manto-tupinamba-veja-onde-estao-outras-reliquias-brasileiras-espalhadas-pelo-mundo/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

LIME, Ashley. Os tesouros 'roubados' da África que foram parar em museus da Europa e dos EUA. **BBC News África**, Nairóbi, 25 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-46335947>. Acesso em: 22 nov. 2024

O ICOM. **Conselho Internacional de Museus – Brasil**, [20--?]. Disponível em:

https://www.icom.org.br/?page_id=4. Acesso em: 22 nov. 2024

OLIVER,; FAGE,. A África sob dominação colonial in A África de 1914. 1962

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio**. Nova Iorque, Estados Unidos da América, 1948.

Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Puni%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crime%20de%20Genoc%C3%ADio.pdf> . Acesso em: 22 nov. 2024

RAMPINELLI, Waldir José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. **IELA: Instituto de Estudos Latino-Americanos**, Santa Catarina, jan. 2015. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/um-genocidio-um-etnocidio-e-um-memoricidio-praticados-contra-os-povos-latino-americanos/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 16, 2011. São Paulo, SP. **Anais...O Imperialismo do Século XIX no Ensino Médio: a Índia sob olhar orientalista e eurocêntrico**. São Paulo: [?], 2011.

UNESCO in brief. **UNESCO**, [20--?]. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/brief>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, França, [2003]. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 30 jun. 2025

UNESCO. **Conferência Mundial da Unesco Sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável**. Cidade do México, México [2022]. Disponível em: [MONDIACULT 2022-Declaração Final Português rev.docx](https://mondiacult2022-declaracao-final-portugues-rev.docx). Acesso em: 13 mar. 2025.

UNESCO. **Convenção Relativa às Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais**. Paris, França, [1970 ou 1972]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160638>. Acesso em: 22 jan. 2024

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Organização dos Estados Americanos, 2002. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/2001%20declara%C3%A7%C3%A3o%20universal%20sobre%20a%20diversidade%20cultural%20da%20unesco.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UZOIGWE, Godfrey N. **Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral** in HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA: África sob dominação colonial: 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. Acesso em: 11 de mar. 2025



7. QUADRO DE DELEGAÇÕES - UNESCO (2024)

Nome da delegação	Tipo de delegação
Reino da Espanha	Membro Oficial
Reino da Suécia	Membro Oficial
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Membro Oficial
República Argentina	Membro Oficial
República da África do Sul	Membro Oficial
República da Índia	Membro Oficial
República da Turquia	Membro Oficial
República Federativa do Brasil	Membro Oficial
República Francesa	Membro Oficial
Museus Britânico	Membro Observador
Museu Nacional da China	Membro Observador
<u>Comunidade da Austrália</u>	Membro Oficial
Confederação Suíça	Membro Oficial
Estado da Palestina	Membro Observador
Estado Plurinacional da Bolívia	Membro Oficial
Estados Unidos da América	Membro Oficial
Estados Unidos Mexicanos	Membro Oficial
FILAC	Membro Observador
Hutukara Associação Yanomami	Membro Observador
ICOM	Membro Observador
ICOMOS	Membro Observador
Museu do Cairo	Membro Observador
Museu do Louvre	Membro Observador
Museu de Atenas	Membro Observador
País do Japão	Membro Oficial
Países Baixos	Membro Oficial
Reino da Arábia Saudita	Membro Oficial
Reino da Espanha	Membro Oficial

República Árabe do Egito	Membro Oficial
República da Botswana	Membro Oficial
República da Colômbia	Membro Oficial
República da Coreia	Membro Oficial
República da Costa do Marfim	Membro Oficial
República da Costa Rica	Membro Oficial
República de Cabo Verde	Membro Oficial
República de Moçambique	Membro Oficial
República do Chile	Membro Oficial
República do Congo	Membro Oficial
República do Paraguai	Membro Oficial
República dos Camarões	Membro Oficial
Santa Sé (Vaticano)	Membro Observador
República Federal da Alemanha	Membro Oficial
República Federal da Nigéria	Membro Oficial
República Helênica (Grécia)	Membro Oficial
República Italiana	Membro Oficial
República Popular da China	Membro Oficial
República Portuguesa	Membro Oficial

